

MIGUEL TORGA

ENSAIOS DE FILOSOFIA E LITERATURA

Coordenação de Maria Celeste Natário e Renato Epifânio

Edição conjunta de:

Instituto de Filosofia da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564 Porto

e

DG Edições
Av. D. Pedro V, 15 - 5.º Esq.º
2795-151 Linda-a-Velha

Composição e maquetagem: DG edições

Fotografia da capa: in “Portal da Literatura”

Impressão e acabamento: VASP DPS

ISBN: 978-989-54908-4-4

Depósito Legal: 475643/20

Primeira edição: Novembro de 2020

DOI: 10.21747/9789895490844/mig

O presente livro é uma publicação do Grupo de Investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, financiada por Fundos Nacionais através da FCT/MCTES - Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito do Projeto do Instituto de Filosofia com a referência UIDB/00502/2020.

SOBRE TORGA E O 25 DE ABRIL

Luís G. Soto

Introdução: o *Diário XII* e o 25 de Abril

Miguel Torga enceta o volume XII do seu *Diário* em Coimbra, a 17 de Maio de 1973, com um poema, «Viagem». Nada faz pensar, naquilo que ele regista durante quase um ano, até a primavera de 1974, no advento do 25 de Abril e a Revolução dos Cravos. Mas, desde que surge, este acontecimento vai ser um dos temas protagonistas deste *Diário XII*, que acaba em Coimbra, a 22 de Junho de 1977, com um poema, «Esperança». Ao longo desses três anos, Torga acompanha o processo desencadeado em Abril de 74, participa mesmo nele, mas, por outra parte, é crítico com o desenvolvimento dos acontecimentos.

Uma crítica

No 25 de abril de 1974, Torga saúda como «um passo» o que denomina «golpe militar», salientando a sua desconfiança a respeito dos militares, que responsabiliza dos muitos anos de ditadura e repressão (Torga, 1977, p. 59). O «passo» dado pelos militares, por vir da mão destes, inaugura um período de incerteza. E, mais exatamente, de medo. Torga vai colocar todo o movimento e processo do 25 de Abril sob a sensação do medo, que regista no 2 de agosto de 1974 e dá por concluído no 1 de junho de 1977. Em todo este período, reaparece, apenas uma vez, a crítica aos militares: o temor a um golpe, de algum «capitão», expressado em 18 de julho de 1975 (Torga, 1977, p. 119). No entanto, o seu alvo vão ser, no geral, os protagonistas da revolução, quantos participam nela assumindo ou representando um papel público político. Alguma vez, a crítica é dirigida em particular à juventude, pelo seu especial relevo no decurso dos acontecimentos.

Ora, antes de prosseguir, convém precisar que Torga faz a sua crítica desde «dentro» da ruptura democrática que inaugura o 25 de Abril. É como opositor, desde muitos anos, ao Estado Novo que saúda a democracia nascente. Mas, ele também participa nesse movimento de instauração da democracia desde uma posição socialista. Porém, está como num segundo plano. Por uma parte, ele nota como se fosse passada por alto a sua trajetória oposicio-

nista (Torga, 1977, p. 61). Aliás, esta trajetória fica bem patente no «monte de fotocópias» do seu «processo na Pide» (Torga, 1977, p. 100). E, por outra parte, Torga participa no 25 da Abril, nomeadamente num «comício socialista», desde a sua própria posição de «poeta» (Torga, 1977, p. 66). A condição de poeta, segundo Torga, implica uma relação difícil com a política e até mesmo com a sociedade, quando essa relação é dada ou vista através da política. Torga incide nesta questão reiterada e demoradamente.

Em seu entender, escreve a 26 de outubro de 1976, a tarefa do poeta é diferente segundo se encontrar numa tirania ou numa democracia: na primeira, é «forçado a combater», mas na segunda não está «obrigado a aplaudir» (Torga, 1977, p. 165). E ainda sintetiza o papel, função ou serviço do poeta: «ser o solista autônomo da orquestra autônoma do povo» (Torga, 1977, p. 165). Este é um papel incômodo, não apenas para o poeta, mas também para o povo e as instituições, pois o poeta incomoda a sociedade e o estado. Torga lembra Platão, como exemplo da inoportunidade política da poesia (Torga, 1977, p. 185). E quando, a 6 de junho de 1977, recolhe em Bruxelas o prémio internacional de poesia, insiste nas inquietações e turbulências inerentes ao exercício autêntico do ofício do poeta (Torga, 1977, pp. 195-196.).

Mas, não é apenas como poeta que Torga questiona e até contesta a Revolução dos cravos. Ele posiciona-se como cidadão vinculado ao povo português e à história de Portugal. Talvez para ele estas duas dimensões vão com o poeta. Mas, pela nossa parte, podemos diferenciá-las: Torga reconhece-se num povo e numa história, cuja representação assume e onde insere a sua ação. Por isso, mesmo nos momentos mais difíceis, ou críticos, acha um assento, nomeadamente no solar natal e entre os conterrâneos, e descarta o afastamento, a fuga e o exílio de Portugal (Torga, 1977, pp. 74, 101, 191). E talvez por isto, em todo o momento, a crítica de Torga à Revolução dos cravos permanece interna e solidária: é uma crítica feita desde dentro e com, não lançada desde fora e contra.

Assim, Torga desqualifica o processo revolucionário, mas pelo geral sem se desvincular da experiência vivida. Alguma vez alude a outros, tantos ou poucos, «meia dúzia de primários», artífices das piruetas revolucionárias que põem em risco a vida coletiva (Torga, 1977, p. 72). Mas, pelo geral, Torga sente-se aderido aos alvos da sua crítica, nomeadamente, um panorama que qualifica de «circo» (Torga, 1977, p. 75) e de «manicómio» (Torga, 1977, p. 105) ou uns sujeitos que chama de «primários» (Torga, 1977, p. 87). Apesar da sua nítida dissidência, ele diz «somos» um circo,

um manicómio, uns primários. Apenas alguma vez, pois, assinala alguns primários a fazer piruetas.

Em que consiste, para Torga, a loucura revolucionária? Cabe dizer, retomando umas palavras suas, numa «orgia verbal», salientando no aspecto verbal, não apenas a verbosidade, mas também a inatividade (Torga, 1977, p. 75). No seu entender, a Revolução dos cravos seria mais um processo psicológico do que um proceder social: um exibicionismo discursivo com escassa projeção operativa, mas com o risco permanente de uma deriva fatal (Torga, 1977, pp. 112-113). Daí, o medo que sente Torga, de 29 de setembro de 1974¹ até 1 de junho de 1977². Já no primeiro ano revolucionário Torga fala de circo, espetáculo e manicómio. Mas, as suas críticas e temores intensificam-se a partir de abril de 1975, constatando, junto com os seus reparos, que o processo revolucionário é eminentemente discursivo, com escassa incidência no plano dos factos, que permanece entregado à inércia (Torga, 1977, p. 125), sobre a qual paira a ameaça de um devir fatal, pois a qualquer momento poderia produzir-se uma passagem ao ato. Ainda em 1977, manifesta a sua profunda preocupação pelo acontecer político. Assim, a 11 de abril aponta e lamenta a demagogia, a irreflexão e o descomando no proceder (Torga, 1977, pp. 178-179). E a 7 de maio, salientando como pano de fundo a desistência e resistência do povo português, insiste na loucura de dimensão coletiva: assinala uma tendência geral ao suicídio, e não apenas de alguns indivíduos: por outras palavras, Portugal, país de suicidas, pareceria nessa altura um país suicida (Torga, 1977, p. 184).

Por algumas menções ao «materialismo dialético» (Torga, 1977, p. 81) e às «obras volumosas dos doutrinários» (Torga, 1977, p. 75), cabe conjecturar para onde apontam, em termos políticos, os medos de Torga: uma viragem para a chamada extrema esquerda, seja esta comunista ou, ainda, além do comunismo. Mas, ele não insiste nisso. Com certeza, preocupa-o esse hipotético perigo futuro. Mas, o seu maior pesar recai sobre o presente: o circo, o manicómio, o carnaval. Considera, sobretudo, o aspecto interno, em Portugal e para Portugal, mas não esquece a sua dimensão externa, de Portugal para o mundo e, vice-versa, do mundo para Portugal.

Quanto à opinião pública internacional, Torga lamenta, primeiro, que o espetáculo revolucionário português seja matéria de irrisão (Torga, 1977,

¹ Cfr. Torga, 1977, p. 84. Antes, a 2 de agosto de 1974, Torga fala de «covardia» no momento presente e refere o «medo» ao padecido sob o Estado Novo (Torga, 1977, p. 79).

² «Passou o medo. O medo que nestes últimos tempos foi a própria substância da pátria rendida» (Torga, 1977, p. 191).

p. 75), mas depois constata que é objeto de aplauso (Torga, 1977, pp. 104-105 e 118-119). O que é ainda pior, pois encoraja os circenses e agrava a situação. Segue uma reflexão que me faz lembrar Kant, o que escreve sobre a Revolução francesa, e Ortega y Gasset, o que diz acerca da imprensa e a opinião internacional sobre a República espanhola sumida na Guerra Civil. Aproveitarei a referência a tão ilustres pensadores para entrar eu próprio em cena. E discrepar, não muito, da visão que, no seu diário, Torga oferece do 25 de Abril.

Uma crítica da crítica

Quando, outrora, li o *Diário XII*, senti-me aludido como jovem e como estrangeiro, assistente no 25 de Abril. Discrepei das críticas que ele faz à juventude: uma política, em Coimbra a 25 de julho de 1974, e outra moral, em Albufeira a 18 de agosto de 1975. Na primeira, o alvo é a juventude revolucionária, protagonista eminente no 25 de Abril, entregue ao «doutrinarismo» e ao «radicalismo», recitadora de litânias e praticante de excomunhões revolucionárias (Torga, 1977, pp. 75-76). Na segunda, é estigmatizada a juventude que vive na rua e de esmola, movendo-se entre a abulia e o prazer, «feliz na sua preguiça e no seu desregramento» (Torga, 1977, p. 128). Incidirei sobre ambas as críticas fazendo uma pequena narração, e reflexão, pessoal acerca daqueles acontecimentos, sob o título «Encontro com a juventude perdida do 25 de Abril»³.

1974, verão. Nessa data, eu era também jovem e estava em Portugal, numa visita fugaz. Em julho, passei um dia a fronteira do Minho na lancha de Camposancos a Caminha. Estive umas horas no chão luso, então livre. Lembro ter volto com um jornal revolucionário, talvez «A Voz do Povo», e ter escutado nas ruas de Caminha, irradiada por uns alto-falantes, a canção «Time» de Pink Floyd. Na Espanha vivíamos sob o regime de Franco. Eu era estudante de direito na universidade de Santiago de Compostela.

1975, verão. Ao ano seguinte, em julho ou agosto, fiz com dois amigos uma pequena viagem: Porto, Coimbra, Lisboa. Nessas cidades, percorri, uma atrás outra, as sedes dos partidos revolucionários, falando com eles: sobre eles, a situação portuguesa e os seus projetos. Foi tudo rápido, veloz mesmo: Porto, um ou dois dias; Coimbra, quiçá nem um dia; Lisboa, alguns dias. Lembro, sobretudo, a estada em Lisboa, desfrutar a noite numa esplanada cheia, ver

³ Com algumas mudanças, retomo: «Encontro com a juventude perdida do 25 de Abril» (Soto, 2007, p. 73).

alguns agentes de um corpo policial ou militar chamado «copcon», uma conversa com um militante (não tão jovem) do PCP achado na rua fora de horas, pintar de manhã numa parede um grande grafite contra a ditadura franquista e, de regresso, o sol inclemente num Porto vazio em feriado.

Tive, pois, um contacto só fugaz e epidérmico com esses jovens portugueses e o 25 de Abril. Mas, ainda hoje, como então, sinto-me solidário com eles. Sou um espectador interessado, que adiro ao seu drama. A sua ação, certamente, tem muito de espetáculo, de pirotecnia verbal e gestual, pela sua dificuldade, quase incapacidade, para se materializar em factos. É como se girassem sobre si mesmos, para não se precipitarem no vazio. Ora, em meu ver, talvez nisso consiste a revolução, pelo menos aquela que é matriz de democracia.

Aquele dia de julho em Caminha, à revolução, só lhe vi dois rostos: o do amigo americano (através da música «pop» do *hit-parade* internacional) e o do camarada soviético (quicá fardado de chinês, na «Voz do Povo»). O terceiro rosto, o da ditadura, não o vi: ficara momentaneamente em Espanha. No entanto, vi, ou entrevi, o rosto ditatorial na pequena viagem em 1975. Os revolucionários pareciam reproduzir, sem querer ou mesmo querendo, mas pretendendo dar-lhes outro sentido, os modos da ditadura. Ora, tudo ficava, praticamente, numa reprodução teatral. Era como se aqueles jovens vivessem, às pressas, nalguns meses, as dezenas de anos da ditadura. Aparentemente, incorporavam o ditador e arremedavam a sua figura e o seu proceder. Perigo de ditadura? Deriva totalitária? Não, pois o mal era transitório e, na verdade, só teatro. No *cocktail* então a agitar-se, havia outros dois elementos que o neutralizavam ou transmutavam: a chamada ao lazer (o ócio juvenil, naqueles dias *hippy*) e o apelo ao agir, a fazer por fora das instituições e mesmo contra elas (a revolta juvenil, naqueles dias comunista, mas além do comunismo). A revolução era correr de uma a outra destas três faces do poder, entre elas, em volta de si próprio. Ao cabo: um esvaçamento, até traçar um vazio, até mover-se no vazio. Fim do Estado Novo e começo de um novo estado. Para mim, estava a surgir e firmar, não sem transtornos, o fundamento e o *incipit* da democracia. Graças a eles e elas, a juventude do 25 de Abril.

No fundo e em concreto, a minha impressão difere pouco das meditações de Torga: há uma notável concordância no registro dos factos e até nas apreciações dos mesmos, mas divergindo no sentido último. Em síntese, eu vi e celebrei aquilo que Torga anota e lamenta. Mas, eu vi o 25 de Abril desde

fora, e como súbdito de uma ditadura vizinha. No entanto, Torga não está apenas em Portugal: ele é dentro de Portugal, do país e do povo português. Essa diferença é, ao fim e ao cabo, grandemente significativa.

Para mim, o 25 de Abril era um espetáculo, de que cabia tirar uma lição moral e do qual era possível esperar, ainda, um proveito político: uma influência positiva na resistência à ditadura e no combate pela democracia na Espanha. Eu não temia uma involução, nem uma deriva, totalitária em Portugal e não lhe ligava importância às ideologias mobilizadoras, com tal que efetivamente propiciassem o final da ditadura e a instauração de uma democracia. Ainda que visse que, como os revolucionários esquerdistas portugueses, os diferentes agentes empenhados na mudança em Espanha tivessem outros propósitos, considerava que não iam conseguir outra coisa que instaurar uma democracia. Nesta hipótese, nessa minha perspectiva e expectativa de mudança política, não sei quanto havia de prospectiva e quanto havia de esperança.

Uma crítica da crítica da crítica

Naquela altura, não lera Kant e nada sabia das suas apreciações acerca do progresso moral na história da humanidade, tiradas da consideração da Revolução francesa como um signo histórico⁴. Segundo Kant, perante feitos que possam ter o valor de signos, como é o caso da Revolução francesa, os espectadores podem concluir a existência de um progresso moral na história humana. O feito, designadamente a Revolução francesa, pode não reportar ou não consolidar um progresso, mas indica-o como signo (Kant, 1987, p. 87). O que significa também que o espectador, que aprecia o signo, pode não valorizar o feito. Por outras palavras, a consideração da Revolução francesa como signo de progresso moral não implica a adesão ao feito revolucionário. De facto, o critério para apreciar o signo e o progresso é o desinteresse. À diferença dos agentes, os espectadores contemplam o feito desde fora e desde longe: não estão implicados na ação, nos seus efeitos e nas suas consequências. Os espectadores possuem, no entanto, um interesse desinteressado: o geral da humanidade e pela humanidade (Kant, 1987, p. 88). Em suma, os espectadores não aderem o feito, mas manifestam uma simpatia pelo acontecimento: um entusiasmo (Kant, 1987, pp. 89-90). Em consequência, eles podem correr um risco, mesmo sério, ao manifestarem

⁴ Cfr. Kant, «Replanteamiento sobre la cuestión de si el género humano se halla en continuo progreso hacia lo mejor» (Kant, 1987, pp. 79-100). Este escrito data de 1797 e foi publicado em 1798 (Kant, 1987, p. 79, nota 1).

esse entusiasmo, caso de eles estarem num contexto hostil ao acontecimento apreciado. Designadamente: Kant em Prússia, e em geral na Europa, ao tornar público o seu entusiasmo suscitado pela Revolução francesa. Dela Kant, mero espectador, não podia esperar benefício. Mas podia, no entanto, sofrer prejuízo pela manifestação e difusão pública da sua opinião.

Sem ser eu Kant, posso, contudo, comparar o 25 de Abril com a Revolução francesa e ver nele, como ele outrora nela, um progresso moral. E, como naquela altura a Kant, a simpatia pelo 25 de Abril podia acarretar-me sérios prejuízos na Espanha. Mas, eu não era um espectador desinteressado. Era espectador, mas interessado. Eu esperava um benefício da Revolução dos cravos: que, como uma ficha de dominó a cair sobre outra ou uma bola de bilhar a impactar noutra, tivesse um efeito sobre Espanha. Este componente, o interesse, é muito importante. Máxime quando eu vivia no país vizinho (e não me encontrava a milhares de quilómetros, como Kant). Essa circunstância, a vizinhança, também incide no conhecimento do espetáculo: em tempo real e no seu espaço próprio. Este segundo componente, a informação, é também muito importante.

Estes dois pontos, o interesse e a informação, levam-me a Ortega y Gasset. Lembro, do seu livro *A rebelião das massas*, o «Epílogo para ingleses» assinado em Paris, em dezembro de 1937 (Ortega y Gasset, 1969, pp. 163-192). Naquela altura, o filósofo estava lá exilado. Antes da Guerra Civil, afastara-se da República espanhola. Não era, porém, partidário da sublevação comandada pelo general Franco em julho de 1936. Nesse escrito, em que reflexiona sobre o papel da opinião pública na história europeia e na formação de uma unidade europeia, mostra as suas reticências a respeito de vários posicionamentos internacionais, nomeadamente britânicos, a favor da República espanhola. Por exemplo, segundo ele, manifestos assinados em Madrid por escritores e professores sob graves ameaças de comunistas e afins são tomados pelos escritores ingleses como proclamas de liberdade (Ortega y Gasset, 1969, p. 188). Não vou entrar na consideração dos factos. Assinalo que Ortega salienta, nesta atitude dos ingleses, falta de informação e de congruência. Por uma parte, a opinião pública inglesa ignora ou não sabe bem o que acontece na Espanha. Mas, por outra parte, diz Ortega, os apoiantes ingleses são incongruentes, pois eles querem para Espanha, nomeadamente uma Frente Popular, o que rejeitam para Inglaterra (Ortega y Gasset, 1969, p. 189). Em meu ver, vale reter estas duas ideias do filósofo, a necessidade de informação e de congruência, mas variando um pouco esta segunda.

Quanto à informação, para opinar sobre uma realidade alheia, cumpre estar bem informado (Ortega y Gasset, 1969, p. 186). O assunto é sempre complicado e mais quando o outro aparece, apenas, como um espetáculo. Por exemplo, para mim, o 25 de Abril. Naquelas datas, eu assistia aos acontecimentos revolucionários, viajando por Portugal, como um espectador num teatro. E ainda bem, porque, por regra geral, o acesso aos eventos alheios é mediado e mediático: uma imagem, feita também de palavras, pela imprensa, a rádio, a televisão, etc., sem nenhum contacto presencial e com pouco ou nenhum conhecimento. Em todo o caso, a correta informação é muito importante, pois a opinião sobre o espetáculo incide sobre o feito real. Por outras palavras, a opinião pública, e até a privada, internacional afeta o desenvolvimento dos acontecimentos ditos nacionais. Daí, nomeadamente, a preocupação de Torga pelo aplauso internacional ao devir revolucionário (Torga, 1977, pp. 104, 118). O juízo emitido não é apenas uma questão de verdade, mas também, e sobretudo, de justiça. Porque implica uma intervenção, ainda que seja mínima. E implica também interesse. Um interesse que rara vez é o geral da humanidade, o interesse desinteressado de que falava Kant, mas um interesse particular: o próprio benefício do opinante.

Eis a segunda questão: a congruência (Ortega y Gasset, 1969, p. 189). Pela nossa parte, corrigimos Ortega, mas até certo ponto. Em nosso ver, situações diferentes requerem respostas diferentes. Portanto, é possível querer para outro, nomeadamente para outro país, o que não se quereria para si próprio, para o país próprio. Mas, deve haver, pelo menos, uma equivalência. O que sustentamos como bom para outro deve ser admissível como bom para si próprio. Deve entrar naquilo que nós, quanto a nós próprios, deveríamos fazer. Por exemplo, defender a Revolução dos cravos, noutra país, assumindo como bom e justo um proceder semelhante no país próprio. Pela minha parte, eu atuava assim, com esse pressuposto e com esse propósito. Isto não converte a minha atuação e o meu juízo em invulneráveis, mas faz com que sejam defendíveis. Enfim, a congruência torna uma posição responsável, não apenas na teoria, mas também na prática. O que não impede que essa posição possa ser julgada equivocada e injusta. E que haja que tomar em consideração, em primeiro lugar, as opiniões dos afetados e envolvidos nos acontecimentos em que se pretende, desde fora, influir.

Um as conclusões

Termino agora esta reflexão sobre Torga e o 25 de Abril apontando algumas conclusões.

Primeiro, segundo lemos no *Diário XII*, Torga é favorável à mudança democrática que traz o 25 de Abril, mas é crítico com o discorrer da Revolução dos cravos. Teme umas derivas, nomeadamente esquerdistas, que rejeita. Inclusive, na nossa opinião, cumpre entender a publicação, em 1977, do *Diário XII*, com essas páginas incisivas, como um posicionamento nesse processo. Segundo lemos, Torga foi abalado pelo 25 de Abril não apenas como cidadão português, mas também na sua posição pessoal como figura pública. Com a chegada da Revolução dos cravos ele teme ficar numa posição marginal, ser excluído de outro modo a como estava no Estado Novo. Designadamente, teme perder o favor do público (Torga, 1977, pp. 60-61). E, em adiante, segundo anota, começam as dúvidas sobre o valor da sua própria obra. A sua reação contra a Revolução dos cravos contém algo deste interesse pessoal magoado, mas é, sobretudo, uma expressão do seu interesse por Portugal e o seu compromisso com o povo português.

Pela minha parte, em segundo lugar, continuo a discrepar com essa visão que Torga oferece do 25 de Abril. Não tanto naquilo que ele diz, mas sim no seu sentido último. Eu concluiria as suas descrições negativas com uma qualificação positiva. Hoje, aos qualificativos empregados por ele, como circo, manicómio e carnaval, eu acrescentaria, em resumo, «catarse». Diria catarse num sentido semelhante a como aparece no poema «Revolução- -Descobrimto» de Sophia de Mello Breyner Andresen, provavelmente referido ao 25 de Abril (Andresen, 2011, p. 623). Na Revolução dos cravos, eu veria uma catarse (Aristóteles, *Poética*, 1449b24) no palco, no encenado pelos atores, e no público, no percebido, entendido e vivido pelo povo. Mas, a minha opinião, como o meu posicionamento naquela altura, mostra apenas uma simpatia por Portugal, estando o meu interesse alhures. O valor das minhas impressões e da minha atitude, contemplado desde Portugal, é muito pouco: ao sumo, representam uma ideia ou um dado que, eventualmente, alguém poderá tomar em consideração.

Por último, em meu ver, no nosso mundo global, um espectador informado e congruente tem sempre algo que dizer sobre os dramas alheios, mas desde o respeito aos sujeitos envolvidos e protagonistas.

Bibliografia

Andresen, Sophia de Mello Breyner (2011), *Obra Poética*, edição de Carlos Mendes de Sousa, Lisboa, Caminho.

- Aristóteles (1998), *Poética*, tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 5ª edição.
- Kant, Immanuel (1987), «Replanteamiento sobre la cuestión de si el género humano se halla en continuo progreso hacia lo mejor», in *Ideas para una historia universal en clave cosmopolita y otros escritos sobre Filosofía de la Historia*, estudio preliminar de Roberto Rodríguez Aramayo, traducción de Concha Roldán Panadero y Roberto Rodríguez Aramayo, Madrid, Tecnos.
- Ortega y Gasset, José (1969), *La rebelión de las masas (con un prólogo para franceses, un epílogo para ingleses y un apéndice: dinámica del tiempo)*, Madrid, Espasa-Calpe, col. Austral, 18ª edición.
- Torga, Miguel (1977), *Diário XII*, Coimbra, 2ª edição.
- Soto, Luís G. (2007), «Encontro com a juventude perdida do 25 de Abril», in Isabel Ponce de Leão (coord.), *Viver é ser no tempo intemporal (Recados a Miguel Torga)*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.